

DESPACHO:

Carlos Bernardes, Presidente	
---------------------------------	--

De:	Secção de Património		
Para:	Sr. Presidente da Câmara Municipal		
C/C:			
	<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 60%;">Info n.º 3 /2021 – Proc.282-A/98</td> <td style="width: 40%;">Data: 27/01/2021</td> </tr> </table>	Info n.º 3 /2021 – Proc.282-A/98	Data: 27/01/2021
Info n.º 3 /2021 – Proc.282-A/98	Data: 27/01/2021		

Assunto:

DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO

Atenta a fundamentação constante da informação subscrita pelo secretário do Presidente, David Lopes, que se anexa, o órgão executivo em sua reunião de 04/02/2020, deliberou ceder em direito de superfície á Associação de Moradores para o Desenvolvimento da Freixofera, uma parcela de terreno com a área de 1049 m2, para construção de uma cobertura metálica no espaço multiusos (ringue), pelo período de 50 anos.

A autarquia é dona e possuidora da parcela de terreno com a área de 3.920 m2, doada através do alvará de loteamento nº. 5/69, para construção de ruas e outros lugares públicos, destacada da matriz predial rústica da freguesia do Turcifal sob o artigo 93, da secção R e descrito na CRP sob o nº. 51538, fls 49 - 1º B, 131, inscrita a favor do Município sob o artigo matricial urbano 3343, da freguesia do Turcifal, integrando o domínio público Municipal.

A parcela de terreno a ceder em direito de superfície, confina com a escola básica da Freixofera, a nascente e a sul, com várias moradias unifamiliares a poente, e com o Largo das Almoinhas, a norte, foi avaliada em € 76.474,40, conforme consta do relatório de avaliação elaborado por técnico da autarquia.

De acordo com o levantamento topográfico, elaborado por técnico da autarquia constata-se que o terreno necessário para a construção do espaço multiusos é de 965 m2, tendo sido reavaliado pelo valor de € 73.032,18, conforme consta do relatório de avaliação em anexo.

Para se concretizar a cedência acima mencionada, torna-se necessário proceder á desafetação de 965 m2, do domínio público para integrar no domínio privado.

Assim sendo, propõe-se que o assunto seja submetido ao Órgão Executivo para:

- Retificação da área a ceder em direito de superfície.

- Remeter à Assembleia Municipal, atenta a competência prevista na al. q) do nº. 1 do artº. 25º. da Lei nº. 75/2013, de 12/9, para deliberar quanto á desafetação do domínio público, da área de 965,00 m2, a destacar do prédio urbano 3343, da freguesia do Turcifal, de forma a permitir a cedência em direito de superfície á Associação de Moradores para o Desenvolvimento da Freixofeira.

A coord. técnica,

SP/IM